



CBTU
Companhia Brasileira
de Trens Urbanos

TERMO DE REFERÊNCIA

ELABORAÇÃO DE EVTEA PARA O TRECHO FERROVIÁRIO

CEASA – SATUBA

GERÊNCIA GERAL DE ESTUDOS E PROJETOS

DIRETORIA TÉCNICA - DT



CONTROLE DE REVISÕES

REVISÃO	DATA	DESCRIÇÃO

SUMÁRIO

1. NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO	1
2. DEFINIÇÃO DO OBJETO	2
3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	3
4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO	7
5. RESPONSABILIDADE DAS PARTES	9
6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO	15
7. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA VENCEDORA	15
8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	16
9. REGIME DE EXECUÇÃO	17
10. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E COOPERATIVA	18
11. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL	18
12. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL	21
13. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO	21
14. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	22
15. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO	25
16. ANÁLISE DE RISCOS	25
17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE	26
18. DISPOSIÇÕES GERAIS	27
19. ANEXOS	28

1. NECESSIDADE E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O presente serviço visa a Contratação de consultoria independente para elaboração de um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) para usufruto de passageiros entre a linha principal de mobilidade urbana de VLTs em Maceió e ampliação e implantação de via permanente, denominado de ramal Ceasa;
- 1.2. A confecção do EVTEA é necessária para atestar a viabilidade de tal empreendimento para então prosseguir para as etapas de confecção do projeto executivo e a implantação do sistema em si. A avaliação auxiliará na decisão de implantação, bem como na definição das características operacionais do trecho;
- 1.3. Devido aos últimos eventos ocorridos, no que se refere a nova configuração geológica de Maceió, foram afetados diversos setores da sociedade, incluindo o de transporte.
- 1.4. A interrupção das operações no trecho ferroviário resultou em um significativo desamparo para a população que depende deste meio de transporte, além de gerar impactos negativos substanciais na mobilidade local como um todo.
- 1.5. Visando a ampliação da mobilidade urbana, uma vez que permite a um maior número de pessoas o acesso ao transporte público de qualidade, a CBTU iniciou um estudo para analisar a demanda potencial do Sistema de Trens Urbanos da Superintendência Regional II Maceió – STU-MAC para o ano de 2023, considerando um possível novo trecho ferroviário, o RAMAL CEASA, e analisar a possibilidade de expansão da via nos próximos anos.
- 1.6. A contratação do estudo de viabilidade técnica econômica e ambiental visa a implantação de um novo ramal ferroviário que possibilitará acesso da região de Satuba e Rio Largo no entorno do Ceasa a um novo modal de transporte, provendo maior conforto, agilidade, segurança e acessibilidade aos usuários.
- 1.7. A contratação visa a realização do EVTEA se faz necessário para verificar se o empreendimento é viável do ponto de vista técnico, econômico e ambiental.
- 1.8. Adicionalmente, conforme o artigo 19, § 7, do RILC: “§ 7º Nas licitações para a contratação de obras para implantação de novas infraestruturas nos sistemas

de transporte urbano de passageiros sobre trilhos, ou de melhoria nos já existentes, deverá haver estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) aprovado pela Diretoria Técnica. ”.

2. DEFINIÇÃO DO OBJETO

- 2.1. O presente Termo de Referência, denominado tão somente TR, tem por objeto a contratação do serviço de consultoria especializada para elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTEA) correspondente ao transporte de passageiros entre Rodoferroviária de para usufruto de passageiros entre a linha principal de mobilidade urbana de VLTs em Maceió e ampliação e implantação de via permanente, denominado de ramal Ceasa. O trecho abordado para implantação possui extensão de aproximadamente 07 km e será destinado ao transporte de passageiros sob trilhos por meio de veículos leves sobre trilhos (VLTs);
- 2.2. A contratação do serviço em pauta destina-se à Superintendência de Trens Urbanos de Maceió – STU-MAC da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU).
- 2.3. O objeto pretendido necessita da participação e acompanhamento de profissional engenheiro habilitado e possui características, padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações conhecidas e usuais do mercado, razão pela qual ele pode ser caracterizado como **SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA**, nos termos do art. 113, do RILC-CBTU, combinado com o art. 3º, inciso VIII, do Decreto nº 10.024/2019;
- 2.4. O serviço objeto do presente TR segue descrito na tabela abaixo:

PLANILHA DE QUANTIDADE E PREÇOS				
ESTUDO DE VIABILIDADE TÉCNICA ECONÔMICA AMBIENTAL - VLT CEASA				
Etapa	ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde	Referência
Etapa 1	1	Caracterização Socioeconômica e Diagnóstico do Trecho Atual	1	cotação
Etapa 1	2	Cenários de Operação	1	cotação
Etapa 2	3	Estudo de Demanda - Pesquisa de campo e análise	1	cotação

Etapa 2	4	Estudos Socioambientais	1	cotação
Etapa 3	5	Estimativas de Custo e de Receitas	1	cotação
Etapa 3	6	Modelagem Econômico-Financeira	1	cotação
Etapa 3	7	Análise Jurídico-Legal	1	cotação
Conclusão	8	Consolidação, entrega e validação do estudo	1	cotação

- 2.5. É recomendável que todas as empresas que participarem do processo licitatório realizam visita técnica aos locais destinados à execução do objeto, a fim de examinar todas as particularidades e interferências existentes;
- 2.6. A licitante poderá agendar a visita técnica ao local dos serviços em até 03 (três) dias antes do envio das propostas, a fim de que as empresas interessadas tenham ciência das condições onde deverão ser executados os serviços;
- 2.7. Os contatos da CBTU para agendamento de visita técnica será(ão):
- 2.7.1. André Correa Joia - (61) 2107-8341 - ajoia@cbtu.gov.br;
- 2.8. Após a visita técnica, deverá ser preenchido o “atestado de visita técnica” com as assinaturas do responsável técnico da licitante e do funcionário da CBTU que acompanhou a visita;
- 2.9. Caso a empresa opte por não realizar a visita técnica, a mesma deverá elaborar uma “declaração de renúncia à visita técnica”, sendo que, nesses casos, a empresa não poderá alegar futuramente o desconhecimento das peculiaridades de parte do escopo a ser executado para solicitar alterações ou pleitear aditivos;
- 2.10. A interessada deverá apresentar ou o “atestado de visita técnica” ou a “declaração de renúncia à visita técnica” juntamente com a documentação entregue à CBTU, para fins de participação no processo de contratação.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

- 3.1. O levantamento da relação de serviços e quantidades a serem contratados foram realizados mediante inspeções e análises técnicas dos profissionais da Gerência Técnica de Convênios e Desenvolvimento de novos Sistemas –

GECOD/GAPRO/DT e levaram em conta as melhores práticas do mercado tal como os requisitos mínimos para a aprovação e validação de um EVTEA;

3.2. Estudos a Serem Entregues pela contratada

3.2.1. Caracterização socioeconômica da área de estudo e diagnóstico do trecho atual;

3.2.1.1. Caracterização socioeconômica: consiste na consolidação das principais características socioeconômicas da área de estudo (emprego, renda, saúde etc.);

3.2.1.2. Caracterização do uso e ocupação do solo e de expansão urbana das regiões que compõem a área de estudo, planos e projetos dos principais empreendimentos atuais e previstos para a região;

3.2.1.3. Caracterização dos serviços de transporte ferroviário atuais – caracterização dos serviços de transporte de passageiros e períodos em que a ferrovia é efetivamente utilizada para tal fim, demanda, oferta e nível de ociosidade dos serviços, visando avaliar a possibilidade de integração com serviço de transporte de passageiros em estudo;

3.2.1.4. Caracterização do sistema de transporte público rodoviário (linhas urbanas municipais, distritais e semiurbanas): Principais corredores de transporte e seus respectivos carregamentos; Localização dos pontos terminais nos bairros e centros das cidades (e subcentros); Itinerário das linhas; Os polos geradores de tráfego existentes e previstos (indústrias, escolas, hospitais, centros de compras etc.); E tarifas atualmente praticadas;

3.2.1.5. Deverão ser observados os planos, estudos e projetos já concluídos e em desenvolvimento relacionados aos constantes na área de estudo, visando avaliar a possibilidade de integração com serviço de transporte de passageiros em estudo;

3.2.2. Estudo de Demanda;

- 3.2.2.1. Matriz origem / destino do sistema proposto;
- 3.2.2.2. Quantidade do material rodante a ser utilizado e cenários de headway;
- 3.2.2.3. Pesquisa em campo, considerando que:
- 3.2.2.4. - A metodologia da pesquisa deve ser encaminhada à CBTU para aprovação;
- 3.2.2.5. - O tamanho mínimo da amostra deverá ser definido considerando-se o nível de confiança de 95% e erro amostral de 5%;
- 3.2.2.6. - Deverá estimar a demanda com a integração tarifária com os ônibus e o ramal de transporte ferroviário por meio de VLTs da CBTU e sem a integração tarifária com os serviços locais de transporte, nos municípios afetados e do entorno do CEASA.
- 3.2.2.7. Viagem por finalidade;
- 3.2.2.8. Tráfego existente, desviado e induzido;
- 3.2.2.9. Passageiros de linha hora-pico/sentido;
- 3.2.2.10. Taxa de renovação, carregamento da linha, trecho mais carregado,
- 3.2.2.11. Considerar a projeção do aumento da demanda em 30 anos do projeto, considerando a taxa de crescimento populacional, bem como aspectos econômicos da região.
- 3.2.3. Estudos ambientais;
- 3.2.3.1. Os estudos ambientais visam identificar e mensurar o impacto que as intervenções no traçado estudado/projetado e a prestação de serviços de transporte ferroviários poderão ocasionar ao meio ambiente, tanto na fase de implantação quanto na de operação, e apresentar as possíveis medidas mitigadoras de prevenção, de controle e compensatórias a serem adotadas com seus respectivos custos;
- 3.2.4. Estimativas de custos e receitas
 - 3.2.4.1. Identificação a partir das informações preliminares compartilhadas pela CBTU do custo de implantação (CAPEX),

operação (OPEX) e receitas diretas e indiretas advindas da implantação do sistema;

3.2.5. Análise financeira

- 3.2.5.1. Fluxo de Caixa;
- 3.2.5.2. Valor Presente Líquido
- 3.2.5.3. Taxa Interna de Retorno;
- 3.2.5.4. Análise de Sensibilidade

3.2.6. Análise Socioeconômica

- 3.2.6.1. Na análise socioeconômica de custo-benefício (ACB) deve-se utilizar o Guia Geral de Análise Socioeconômica de Custo-Benefício de Projetos de Investimento em Infraestrutura (Guia ABC), o Manual de priorização de ações e avaliação socioeconômica para apoio ao Planejamento de Sistemas e Infraestrutura de Transportes e os parâmetros para análise de custo-benefício constantes no apêndice III deste manual.
- 3.2.6.2. Benefícios: tempo de viagem, confiabilidade no tempo de viagem, redução de custos operacionais de transportes, aumento da segurança operacional.
- 3.2.6.3. Externalidades: precificação dos impactos ambientais, efeitos indutivos, indiretos e de segunda ordem.
- 3.2.6.4. Valor Presente Líquido Socioeconômico;
- 3.2.6.5. Índice Custo/Benefício Socioeconômico;
- 3.2.6.6. Taxa de Retorno Econômico;
- 3.2.6.7. Análise de sensibilidade

3.2.7. Análise Jurídico-legal;

- 3.2.7.1. Deverá ser avaliado o contexto jurídico e institucional da implantação do empreendimento, de modo a identificar possíveis impedimentos e limitações que possam vir a impactar ou reorientar a sua implantação. A análise do contexto existente tem como objetivo auxiliar a fundamentação de possíveis arranjos jurídicos e institucionais, articulados aos cenários econômico-financeiros formatados,

considerando-se, ainda, aspectos referentes ao compartilhamento de infraestrutura, meio ambiente, financiamento e captação de recursos, dentre outros considerados importantes e aplicáveis ao caso.

- 3.3. Conclusão/ Síntese dos estudos
- 3.4. Todos os serviços e fornecimento dos materiais deverão ser executados de forma a atender às Normas Técnicas Brasileiras (ABNT) e exigências, Especificações e Instruções de Serviços explicitadas neste Termo de Referência.
- 3.5. Nos assuntos não abordados na ABNT NBR deverão ser usadas como subsídio às seguintes normas:
 - 3.5.1. AREMA - American Railway Engineering Association;
 - 3.5.2. UIC - Union International des Chemins de fer;
 - 3.5.3. ASTM - American Society for Testing and materials;
 - 3.5.4. DIN - Deutsche Industrie Normen;
 - 3.5.5. ACI - American Concrete institute.
- 3.6. Em caso de divergência entre as normas acima citadas, prevalecerão as da AREMA.

4. CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

- 4.1. A CONTRATADA deverá executar os serviços conforme as especificações e recomendações deste TR e seus anexos;
- 4.2. Previamente a entrega dos serviços, a CONTRATADA deverá providenciar as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto – água, esgoto, gás, energia elétrica e telefone, bem como providenciar a obtenção de licenças e regularização dos serviços concluídos – Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc. - quando couber;
- 4.3. A entrega do “As Built”, nos termos especificados nos anexos deste TR e aprovado pela fiscalização do contrato, é condição indispensável para o recebimento do objeto contratado, a fim de subsidiar futuras intervenções a título de manutenção ou reformas;
- 4.4. Atendidas as premissas supracitadas, para o procedimento do recebimento do objeto, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à FISCALIZAÇÃO o

término dos serviços, demonstrando neste documento que todo o Escopo foi fornecido nas quantidades e qualidades contratadas;

- 4.5. No momento da vistoria da obra ou serviço, caso sejam verificados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, caberá à contratada reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato.
- 4.6. Os serviços serão recebidos:
 - 4.6.1. Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado solicitando inspeção técnica para entrega dos serviços executados; O serviço em questão será recebido provisoriamente (Certificado de Recebimento Provisório - CRP), após a emissão do Boletim de Inspeção Técnica (BIT), sem pendências;
 - 4.6.2. Definitivamente, (Termo de Recebimento Definitivo - TRD), pelo Gestor do Contrato, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, no prazo de 90 (noventa) dias contados do recebimento provisório da última estação entregue provisoriamente.
- 4.7. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual;
- 4.8. Na hipótese de rescisão do contrato, caberá ao responsável pela fiscalização atestar as parcelas adequadamente concluídas, recebendo provisória ou definitivamente, conforme o caso;
- 4.9. A data de emissão do TRD é o marco referencial na contagem do prazo de 5 anos, definido pelo art. 618 do Código Civil, no qual a contratada tem responsabilidade objetiva pelos defeitos verificados, e das ações a serem adotadas para o acionamento da contratada.

5. RESPONSABILIDADE DAS PARTES**5.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no TR, nos seus anexos e na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- 5.1.2. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e seus anexos, bem como de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade, quantidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 5.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a CONTRATANTE autorizada a descontar da garantia prestada, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 5.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, conforme artigo 76 da Lei 13.303, de 2016
- 5.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato,, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições da proposta e da habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação;
- 5.1.6. Apresentar à Contratante a relação nominal dos empregados que ingressarão no órgão para a execução do serviço;
- 5.1.7. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

- 5.1.8. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 5.1.9. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da CONTRATANTE;
- 5.1.10. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;
- 5.1.11. Manter preposto aceito pela contratante nos horários e locais de prestação de serviço para representá-la na execução do contrato com capacidade para tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos;
- 5.1.12. Atender às solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado inadequação do comportamento do mesmo dentro da atividade;
- 5.1.13. Atender às observações e reclamações da fiscalização da CONTRATANTE, concernentes ao fornecimento e execução do objeto;
- 5.1.14. Comunicar a CONTRATANTE, por escrito, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, comprovando a impossibilidade;
- 5.1.15. Comunicar ao fiscal do contrato, imediatamente, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 5.1.16. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

- 5.1.17. Paralisar qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros ou por determinação da contratante.
- 5.1.18. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, de forma a preservar as redes hidrossanitárias, elétricas, de comunicação que atendem à CBTU e às comunidades lindeiras.
- 5.1.19. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 5.1.20. Providenciar junto ao CREA e/ou ao CAU-BR as Anotações e Registros de Responsabilidade Técnicas referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos das normas pertinentes (Leis nº. 6.496/77 e nº12.378/2010);
- 5.1.21. Obter junto ao Município, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;
- 5.1.22. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as leis Federais, Estaduais e Municipais e inclusive os regulamentos, normas, instruções e diretrizes que lhe forem aplicáveis e necessários ao seu funcionamento como empresa, além da obtenção de todas as licenças e autorizações relacionadas direta ou indiretamente com a execução do objeto contratado;
- 5.1.23. Serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA eventuais erros/equívocos no dimensionamento da proposta;
- 5.1.24. A CBTU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto deste TR, bem como por qualquer dano causado à terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- 5.1.25. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os

documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.

- 5.1.26. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 5.1.27. Submeter previamente, por escrito, à contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 5.1.28. Elaborar o “Diário de Obra”, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.
- 5.1.29. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto neste Projeto Básico e demais documentos anexos;
- 5.1.30. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.);
- 5.1.31. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções

dos serviços ou dos bens da Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao local de execução dos serviços.

- 5.1.32. Deverão constar na proposta de preços apresentada todas as taxas, impostos e tributos que deverão fazer parte do preço final do objeto desta Licitação;
- 5.1.33. Enviar a(s) Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s), devidamente atestada(s) pela fiscalização da CONTRATANTE, ao gestor da CONTRATANTE acompanhada(s) da documentação indispensável à aferição de sua exatidão, bem como das certidões atualizadas CNDT, CRF e da Certidão da Receita Federal;
- 5.1.34. Durante toda a execução do Contrato a CONTRATADA se compromete a observar integralmente os dispositivos previstos no Código de Ética (<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>), no Código de Conduta e Integridade (https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf) e na Política de Transações com Partes Relacionadas (https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf), todos elaborados pela CBTU.

5.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.2.1. Emitir Ordem de Execução formalizando o início de execução do objeto;
- 5.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 5.2.3. Franquear acesso dos funcionários da CONTRATADA aos locais de suas dependências essenciais para a execução do objeto contratado, fornecendo condições adequadas, instruções e documentos necessários para tanto;
- 5.2.4. Fornecer por escrito às informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

- 5.2.5. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade da execução do serviço recebido provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e seus anexos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.2.6. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas, atrasos ou irregularidades verificadas na execução do serviço, fixando prazo para correção, certificando-se que as soluções propostas sejam as mais adequadas;
- 5.2.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de gestor e fiscal especialmente designados;
- 5.2.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente às etapas constantes do Cronograma Físico-Financeiro, relativas a execução do objeto, nos prazos e formas estabelecidos neste Termo de Referência e seus anexos;
- 5.2.9. A CONTRATANTE deve prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelos empregados da CONTRATADA ou por seus prepostos;
- 5.2.10. Comunicar, sempre por escrito e em tempo hábil, à CONTRATADA, quaisquer instruções e/ou procedimentos a serem adotados em relação ao objeto contratado;
- 5.2.11. Formalizar procedimento administrativo, assegurados o contraditório e ampla defesa, nos casos que justifiquem aplicação de penalidades contratuais e legais cabíveis à CONTRATADA;
- 5.2.12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA relativo as Nota(s) Fiscal(is) / Fatura(s), devidamente atestadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do recebimento pelo gestor da CONTRATANTE, podendo este prazo ser interrompido sempre que a CONTRATANTE solicitar quaisquer esclarecimentos referente ao valor devido;
- 5.2.13. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento, visando atestar qualidade e eficiência dos mesmos, durante o período de garantia

- 5.2.14. Promover o arquivamento, entre outros documentos, de projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto desta contratação;
- 5.2.15. Expedir, após o encerramento do Contrato, o respectivo Termo de Encerramento, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato, providenciando a correta assinatura pelas partes contratantes, observadas as normas internas da CBTU;

6. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

- 6.1. O cronograma físico de fornecimento relativo a esta contratação consta no Anexo II do presente TR.

7. CRITÉRIO DE ESCOLHA DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1. O critério de escolha da proposta vencedora será o de Menor Preço Global, desde que a proposta e sua apresentação atendam a todos os requisitos exigidos por este TR e pelo Edital.
- 7.2. No valor total da proposta deverão estar incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa execução dos fornecimentos contratados, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis à perfeita execução e pleno desenvolvimento dos fornecimentos, assim como o lucro da CONTRATADA.
- 7.3. A proposta deverá ser enviada em papel timbrado da empresa, contendo obrigatoriamente as seguintes informações:
 - 7.3.1. Nome da empresa (Razão Social);
 - 7.3.2. Endereço;
 - 7.3.3. CNPJ;
 - 7.3.4. Telefone e/ou e-mail;
 - 7.3.5. Validade da proposta de no mínimo 60 (sessenta) dias;
 - 7.3.6. Condições de pagamento em até 30 (trinta) dias após entrega da nota fiscal atestada pelo fiscal;
 - 7.3.7. Forma de envio (CIF);

- 7.3.8. Prazo de execução conforme o cronograma;
- 7.3.9. Prazo de garantia;
- 7.3.10. Impostos incluídos;
- 7.3.11. Assinatura do responsável pela elaboração da proposta com CPF e RG;
- 7.4. A forma de envio do objeto deste TR deverá ser CIF (Cost, Insurance and Freight), ou seja, a PROPONENTE é responsável por todos os custos e riscos até a entrega na Superintendência indicada.
- 7.5. Os preços das propostas deverão ser expressos em moeda corrente nacional (real) e ser firmes e irrevogáveis, e deverão incluir os valores do IPI, do ICMS e outros impostos que vierem a incidir no preço final.
- 7.6. O PROPONENTE que não esteja localizado no Estado de entrega do objeto deverá observar o recolhimento do diferencial de alíquota de ICMS ANTECIPADO que se aplica às mercadorias vindas de outros Estados (quando for o caso).

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 8.1. Para comprovação da CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL, as licitantes deverão apresentar na fase de habilitação:
 - 8.1.1. Registro / Certidão de inscrição da empresa e dos responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro do prazo de validade, da região da sede da empresa, que comprove atividade relacionada com o objeto desta licitação; A licitante vencedora do certame, deverá apresentar estes documentos com o visto do CREA de qualquer estado da União, no ato da assinatura do contrato;
 - 8.1.2. No mínimo 1 (um) Atestado Técnico Operacional, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente identificada, em nome do licitante, relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características e quantidades com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação de acordo com a quantidade mínima aceitável prevista abaixo, podendo utilizar o somatório de

atestados para comprovação da aptidão requisitada nas parcelas de maior relevância:

- 8.1.3. Os serviços deverão ser realizados por equipe profissional com experiência na elaboração de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) de transporte ferroviário de passageiros. A empresa deve comprovar a elaboração de, ao menos, um EVTEA de estudos similares aos solicitados neste TR nos últimos 3 anos.
- 8.1.4. Apenas as empresas comprovadamente experientes na realização desses serviços serão capazes de realizar as atividades com a qualidade técnica esperada e se ajustar às variáveis que existem em uma linha férrea.
- 8.2. Para comprovação da CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL, as licitantes deverão apresentar na fase de execução:
 - 8.2.1. Comprovação de que possui em seu corpo técnico responsável(is) técnico(s), que esteja(m) devidamente registrado(s) no CREA, com formação de nível superior em Engenharia Civil, ou outra titulação com atribuição profissional equivalente e reconhecida pelo Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura (CONFEA), detentor (es) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, compatível com o objeto a ser contratado, considerando a execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação indicados no item 9.1.2.
 - 8.2.2. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnica deverão participar da execução do contrato, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada previamente pela CBTU.

9. REGIME DE EXECUÇÃO

- 9.1. Os serviços serão prestados na forma de execução indireta sob regime de empreitada por preço global;
- 9.2. A escolha do regime de empreitada por preço global para a contratação de um Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA) se justifica

por oferecer maior previsibilidade de custos, uma vez que o valor total é definido previamente, com o contratado absorvendo eventuais variações.

- 9.3. Esse regime também simplifica a gestão do contrato, já que o contratado se responsabiliza por todos os itens necessários, enquanto no regime semi-integrado o contratante teria que gerenciar parte dos materiais e serviços. Além disso, como o EVTEA tem um escopo bem definido, a empreitada por preço global garante eficiência na execução e maior controle financeiro, tornando-a uma opção mais adequada em comparação à semi-integrada
- 9.4. Por fim, o estudo proposto não exige a elaboração de um projeto executivo tampouco a execução de uma obra em si.

10. SUBCONTRATAÇÃO, CONSÓRCIOS E COOPERATIVA

- 10.1. A CONTRATADA, na execução do contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, poderá subcontratar partes do objeto, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), que deverá ser previsto nos respectivos instrumentos convocatório e contratual;
- 10.2. Considera-se não essencial possibilitando a subcontratação os seguintes itens discriminados na DEFINIÇÃO DO OBJETO:

ITEM	DESCRIÇÃO
3	Estudo de Demanda - Pesquisa de campo e análise
4	Estudos Socioambientais
5	Estimativas de Custo e de Receitas

- 10.3. A empresa subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial a de qualificação técnica, impostas à licitante vencedora
- 10.4. Será admitida a participação de licitantes por meio de consórcios. No caso de participação de empresas em consórcio, a apresentação dos documentos exigidos no instrumento convocatório para cada consorciado, admitir-se-á, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, desde que, cada empresa apresente a qualificação técnica de

parcela deste TR para que após somados as qualificações atendam as exigências mínimas citadas neste TR.

10.5. Será admitida a participação de licitantes por meio de cooperativas.

11. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. A CONTRATADA prestará garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

11.1.1. Caução em dinheiro: deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da CBTU, conforme orientação da gestão do contrato.

11.1.2. Seguro-garantia: a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

11.1.3. Fiança bancária: a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

11.2. A CONTRATADA deverá apresentar à CBTU o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato.

11.3. A CONTRATADA poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da CBTU, mediante anuência da gestão do contrato.

11.4. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.4.1. Os prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.4.2. Prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

11.4.3. As multas sancionatórias aplicadas pela CBTU à CONTRATADA.

- 11.4.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela CONTRATADA.
- 11.5. Não serão aceitas garantias na modalidade seguro-garantia em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados no item anterior.
- 11.6. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de seguro-garantia ou fiança bancária, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à CONTRATADA após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.
- 11.7. Quando a garantia se consolidar através de seguro-garantia, a CONTRATADA deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.
- 11.8. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à CONTRATADA.
- 11.9. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 11.10. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a CBTU a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, e dos artigos 239 e 240, do RILC/CBTU.
- 11.11. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela CBTU ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela CBTU, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.
- 11.12. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do edital e das cláusulas contratuais.
- 11.13. Será considerada extinta a garantia:
- 11.13.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da CBTU;

- 11.13.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a CBTU não comunique a ocorrência de sinistros.
- 11.13.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela CBTU o Termo de Encerramento, cientificando que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 11.14. A CBTU não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:
 - 11.14.1. Caso fortuito ou força maior;
 - 11.14.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;
 - 11.14.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela CBTU;
 - 11.14.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da CBTU.
- 11.15. Caberá à própria CBTU apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 13.3.3 e 13.3.4, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela CBTU.
- 11.16. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas neste Termo de Referência.

12. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA CONTRATUAL

- 12.1. A vigência do contrato será de 9 meses, a partir da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado nos termos legais, regulamentares e contratuais;
- 12.2. O prazo de execução do objeto, incluídos os testes e inspeções, será de 6 meses contados a partir da emissão da Ordem de Execução;
- 12.3. O prazo contratual poderá ser suspenso em virtude de casos fortuitos ou de força maior. Nestes casos, será comunicado o fato à CONTRATANTE por escrito, a qual, se aceitar suas razões, suspenderá ou prorrogará as obrigações contratuais, enquanto perdurem os motivos relevantes invocados e aceitos, atribuindo-se ao contrato, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão dos serviços

13. CRITÉRIOS PARA REAJUSTAMENTO

- 13.1. As propostas de preços apresentadas em moeda nacional, poderão ser reajustadas, desde que seja observada a periodicidade anual, em

conformidade com os critérios estabelecidos nos dispositivos legais mencionados no item anterior, aplicando-se a fórmula a seguir:

$$R = P_0 \frac{I - I_0}{I_0}$$

sendo:

R = Valor do reajuste procurado;

P_0 = Valor da medição a ser reajustada;

I = Índice correspondente ao mês de reajuste anual do contrato;

I_0 = Índice correspondente ao mês da data base.

Data Base: data limite para apresentação da proposta ou do último reajuste.

13.2. O Índice a ser utilizado será o IPCA.

13.3. Não serão computados, para fins de reajustamento de preços, atrasos imputáveis à Contratada, prevalecendo como mês de execução dos serviços, o que for previsto no cronograma contratual, limitando dessa forma a aplicação do reajuste àquele mês;

13.4. As faturas correspondentes ao reajustamento deverão ser extraídas e processadas em separado da fatura do principal a fim de que o pagamento destas últimas não seja prejudicado, no caso de dúvidas sobre o reajuste.

14. PROCEDIMENTO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

14.1. COMPETE AO GESTORES

14.1.1. Responder pelo acompanhamento, coordenação e comando da fiscalização da execução contratual, observando os aspectos físicos e financeiros da obra, do serviço e/ou fornecimento para o qual foi designado, reportando-se aos seus superiores hierárquicos sempre que entender necessário e/ou não possuir competência para a decisão pretendida;

14.1.2. Zelar pelo fiel cumprimento de todas as cláusulas do instrumento contratual;

14.1.3. Solicitar do(s) fiscal(ais) todas as informações necessárias a fim de subsidiar a elaboração de relatórios e a tomada de decisões;

- 14.1.4. Verificar, previamente, e comunicar à CONTRATADA o prazo de validade das garantias contratuais, objetivando a renovação e/ou substituição;
- 14.1.5. Coordenar a fiscalização da execução da obra, dos serviços e/ou fornecimentos, de acordo com as especificações técnicas expressas no instrumento contratual;
- 14.1.6. Aprovar e encaminhar, ao órgão estrutural pertinente, os documentos de cobranças apresentados a CBTU, adotando, previamente, as seguintes providências:
 - 14.1.6.1. Zelar para que, nos instrumentos contratuais que prevejam reajuste de preços, as faturas do valor principal sejam emitidas separadamente das faturas de reajuste;
 - 14.1.6.2. Verificar se os documentos de cobrança (nota fiscal, fatura, recibo, entre outros) estão acompanhados das planilhas de medição e/ou dos comprovantes de recebimento com suas respectivas memórias de cálculo atestadas pelo fiscal;
 - 14.1.6.3. Justificar, no caso de glosas e multas, a razão de suas aplicações;
 - 14.1.6.4. Atestar as memórias de cálculo de Reajuste/Repactuação e/ou atraso de pagamento;
 - 14.1.6.5. Encaminhar, nos contratos de execução indireta com dedicação exclusiva de mão de obra, os processos de pagamento para ateste prévio, pelos gestores das áreas Financeira e de Recursos Humanos de sua unidade, quanto ao cumprimento das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas do contrato, sendo tais atestes pré-requisitos para o envio para liquidação e pagamento.
- 14.1.7. Exigir da contratada os documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações tributárias, previdenciárias e cíveis, de âmbito municipal, estadual e federal, em conformidade com a legislação pertinente;

- 14.1.8. Apresentar as justificativas, ao órgão estrutural pertinente, para as alterações das cláusulas contratuais que se façam indispensáveis ao sucesso do instrumento contratual;
 - 14.1.9. Formalizar à CONTRATADA a equipe técnica própria, ou de terceiros, que apoiará o fiscal do instrumento contratual no exercício de suas atribuições;
 - 14.1.10. Elaborar e manter atualizado o relatório de execução físico-financeiro do instrumento contratual, de forma a subsidiar a elaboração de Termo de Encerramento, bem como o fornecimento de Atestados de Execução que porventura venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
 - 14.1.11. Realizar todos os atos de comunicação e notificação da CONTRATADA, em especial nos casos de prática de condutas passíveis de aplicação de penalidades;
 - 14.1.12. Elaborar relatórios de gestão, quando necessários, bem como os relatórios referentes à defesa prévia e ao recurso da CONTRATADA no processo administrativo sancionador;
 - 14.1.13. Armazenar em meio digital e no formato definido em Norma Administrativa interna, toda documentação referente à gestão do instrumento contratual;
 - 14.1.14. Formalizar a necessidade de aditamento ou de deflagração de novo processo administrativo de contratação ao seu superior hierárquico, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do prazo de vencimento do instrumento contratual, devendo zelar pela conclusão dos procedimentos no prazo estipulado;
 - 14.1.15. Solicitar à Contratada a apresentação da garantia de execução contratual;
 - 14.1.16. Instaurar processo administrativo sancionador por não apresentação da garantia ou descumprimento por inexecução parcial ou total do contrato, se for o acaso;
 - 14.1.17. Solicitar à Área Financeira a liberação da garantia contratual, quando couber.
- 14.2. **COMPETE AOS FISCAIS**

- 14.2.1. Reportar-se ao gestor, cabendo ao órgão à área estrutural pertinente a orientação técnica para seu adequado desempenho;
- 14.2.2. Responder pela fiel execução do instrumento contratual, aferindo se a quantidade, qualidade, tempo e modo de execução estão em conformidade com as especificações técnicas, conferindo e atestando a medição dos serviços e fornecimentos;
- 14.2.3. Justificar, nos aspectos técnicos, ao gestor do contrato, a necessidade de alteração contratual, encaminhando-a, posteriormente, ao gestor do contrato;
- 14.2.4. Analisar e submeter ao gestor as despesas reembolsáveis necessárias ao desenvolvimento do escopo contratual;
- 14.2.5. Manter atualizado o acervo técnico da CBTU com os trabalhos produzidos pela CONTRATADA;
- 14.2.6. Auxiliar o gestor no armazenamento de toda documentação referente à gestão do instrumento contratual.

15. INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇO

- 15.1. Considerando que não há demanda por parte da administração pública que justifique a possibilidade de aceitação da participação de outros órgãos no lançamento da Intenção de Registro de Preços (IRP) bem como a possibilidade de adesão posterior ao Sistema de Registro de Preços (SRP) e a respectiva ATA oriunda deste Processo, não será permitida ao Processo Licitatório a aquisição através do Sistema de Registro de Preços (SRP). A ausência de demanda dá-se em razão da especificidade técnica do material.

16. ANÁLISE DE RISCOS

- 16.1. De acordo com o antigo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP, 2017), através da IN 05/2017 Capítulo III, Seção III, Art 25, 26 e 27 –DO GERENCIAMENTO DE RISCOS– pode-se definir, metodologicamente, a incerteza de eventos em potencial a partir de duas perspectivas: a probabilidade (possibilidade de que um determinado evento ocorrerá) e o impacto (o efeito, a consequência da ocorrência do evento);

- 16.2. Ainda de acordo com referido órgão, uma ferramenta bastante útil para a mensuração, avaliação e ordenamento dos riscos que podem afetar um processo, é a matriz de riscos;
- 16.3. Ademais, a elaboração de mapa ou matriz de riscos se faz obrigatória em relação à contratação pretendida, por força da regra insculpida no parágrafo 8º do art. 54-A do RILC-CBTU;
- 16.4. A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades da CONTRATANTE e da CONTRATADA na execução do contrato;
- 16.5. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na Matriz de Risco - Anexo III;
- 16.6. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do CONTRATO, cuja responsabilidade é da CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos;
- 16.7. O caso fortuito ou força maior que possam ser objeto de cobertura de seguros oferecidos no Brasil à época de sua ocorrência ou que estejam previstos na Matriz de Riscos são de responsabilidade da CONTRATADA;
- 16.8. É vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos alocados na matriz de riscos como de responsabilidade da CONTRATADA.

17. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

- 17.1. Ao longo da execução de todo o processo objeto desta licitação, devem ser respeitadas toda a legislação aplicável relacionada ao meio ambiente e de sustentabilidade;
- 17.2. Será um diferencial a apresentação, pela CONTRATADA, do Cadastro Técnico Federal de Atividades e Instrumentos de Defesa - CTF/AIDA, em plena vigência, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 12, de 20/08/2021 e da Resolução CONAMA nº 01, de 13/06/1988;
- 17.3. Os estudos socioambientais deverão identificar e mensurar o impacto ambiental nas intervenções a serem feitas no traçado a ser estudado, bem como na prestação dos serviços de transporte ferroviários que poderão

ocasionar danos ao meio ambiente, tanto na fase de implantação quanto na de operação;

- 17.4. Dentro dos estudos socioambientais, a CONTRATADA definirá os estudos em acordo com as especificações técnicas de projeto do material rodante proposto pela equipe da CBTU, conforme disposto ao longo deste Termo de Referência;
- 17.5. A CONTRATADA deverá dentro do escopo dos estudos socioambientais, elaborar o estudo de identificação e avaliação de possíveis passivos ambientais, dentro do escopo socioambiental do Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental;
- 17.6. A CONTRATADA deverá apresentar as possíveis medidas mitigadoras de prevenção, de controle e de medidas compensatórias a serem adotadas com seus respectivos custos, bem como os custos para o licenciamento ambiental das obras junto ao órgão ambiental competente;
- 17.7. A entrega e aprovação da documentação técnica, escopo deste Termo de Referência, deverá ser aceita integralmente pela equipe do Comitê de Sustentabilidade da CBTU - Administração Central.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 18.1. A CBTU é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados.
- 18.2. A contratação pretendida reger-se-á, especialmente, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 - Estatuto Jurídico das Empresas Estatais, pelo Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 – PREGÃO ELETRÔNICO e pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios da Companhia Brasileira de Trens Urbanos CBTU - RILC, disponível em: https://www.CBTU.gov.br/images/licitacoes/rilc_CBTU.pdf.
- 18.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições constantes neste TR e na legislação pertinente, prevalecerão as disposições legais vigentes, o que poderá, inclusive, dar ensejo a celebração de termos aditivos.
- 18.4. A CONTRATADA se compromete por si, seus empregados e prepostos, a manter a mais estrita confidencialidade, em relação ao conteúdo dos procedimentos e normas da CBTU, ou de qualquer informação que vier a receber, ou que tomar conhecimento, em virtude da presente contratação.
- 18.5. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução dos serviços contratados serão decididos pela CBTU, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC-CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.
- 18.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste TR excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CBTU.
- 18.7. As demais formalidades inerentes ao fornecimento do objeto desta contratação deverão estar em conformidade com o Instrumento Contratual.

19. ANEXOS

- 19.1. ANEXO A - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS
- 19.2. ANEXO B - PLANILHA DE CUSTO
- 19.3. ANEXO C - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO
- 19.4. ANEXO D - MATRIZ DE RISCOS
- 19.5. ANEXO E - CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E METODOLOGIA EXECUTIVA

Brasília, data da assinatura eletrônica

Elaborado por:

Daniel Freitas dos Santos

GERENTE TÉCNICO - GECOD

Gerência Técnica de Convênios e Desenvolvimento de
Novos Sistemas

Ratificado quanto às especificações dos Estudos Socioambientais:

Carlos Eduardo P. Vieira Barcelos

Coordenador do Comitê de Sustentabilidade da CBTU
Administração Central

Aprovado por:

André Corrêa Jóia

Adjunto - Diretoria Técnica